

A Guerrilha do Araguaia e a produção de verdades: a versão Aikewára e a revista GQ

The Araguaia Guerrilla Guerrilla and the production of truths: the Aikewára version and the magazine GQ

Maurício Neves CORRÊA

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP/Araraquara)

RESUMO: A Guerrilha do Araguaia é um dos acontecimentos mais lacônicas da história da última Ditadura Militar no Brasil. Ainda hoje não ficaram esclarecidos os episódios que envolveram militares, guerrilheiros e o povo indígena Aikewára. Os Aikewára contam sua própria versão sobre esta história, mas uma revista de circulação nacional publicou uma matéria que os responsabiliza pelas ações de violência em relação aos guerrilheiros. Este artigo tem como objetivo analisar, fundamentado na Análise do Discurso e nas discussões dos Estudos Culturais a matéria “O Segredo dos índios: revelações sobre a Guerrilha do Araguaia” da revista GQ de abril de 2011 e a posição dos Aikewára, a partir de seus depoimentos durante a realização de um projeto “Crianças Suruí-Aikewára: entre as tradições e as novas tecnologias na escola”, realizado entre eles em 2010, relacionado às novas tecnologias da comunicação, que tinha por objetivo traduzir a tradição destes índios para suportes digitais.

PALAVRAS-CHAVES: 1.Sociedades indígenas. 2. Mediações 3. Guerrilha do Araguaia

ABSTRACT: The Araguaia Guerrilla is one of the most laconic events in the history of the last military dictatorship in Brazil. Even today, the episodes involving soldiers, guerrillas and the Aikewára, indigenous people have not been clarified. The Aikewára tell their own version of this story, but a nationally circulated magazine has published a story that holds them accountable for the actions of violence against the guerrillas. This article aims to analyze, based on Discourse Analysis and in the discussions of Cultural Studies, the article "The Secret of the Indians: revelations about the Guerrilla of Araguaia" of GQ magazine of April 2011 and the position of the Aikewára, from their testimonies during the realization of a project "Children Surui-Aikewára: between the traditions and the new technologies in the school", realized among them in 2010, related to the new technologies of the communication, that had the objective to translate the tradition of these Indians for digital supports.

KEYWORDS: Indigenous societies - mediations - Araguaia Guerrilla

*Recebido em 18/06/2016.
Aprovado em 16/08/2016.*

1. Primeiros Contatos

Morreu muita gente, o Umassú ainda era mole, bem pequeno. Morreu a tia, morreu a mãe dele. Foi a gripe... O pai já tinha morrido, o fazendeiro matou. Mas, naquele tempo, a gente ainda era brabo, o padre ainda não tinha amansado nós...
(Arihêra Suruí – junho de 2010)

A epígrafe que inicia este artigo é um relato sobre o início do contato do povo Aikewára com a sociedade envolvente feito pela indígena Arihêra Suruí, casada com Umassú Suruí. Os dois fazem parte de um pequeno grupo de mais velhos que sobreviveu a este momento. Os Aikewára, também conhecidos como Suruí, são um povo Tupi, que vive na Terra Indígena Sororó no sudeste do Pará, entre os rios Araguaia e Tocantins. Embora briguem na justiça para serem reconhecidos por sua autodenominação, ficaram registrados na literatura antropológica com a denominação que lhes foi imposta: Suruí do Pará ou Suruí-Aikewára.

A partir do contato sistemático com as populações das sociedades vizinhas, eles viveram momentos muito difíceis. Surtos de gripe e varíola, além de conflitos bélicos, fizeram com que no início dos anos de 1960 entrassem em processo de depopulação. Apenas 33 indígenas sobreviveram a este dramático momento. Quando ainda viviam esta grave crise e nem dominavam bem a língua portuguesa, foram envolvidos na Guerrilha do Araguaia, que aconteceu no início dos anos de 1970. A Guerrilha foi mais uma frente de contato a que estes indígenas foram expostos.

A sobrevivência do povo Aikewára se deu a partir da articulação de dispositivos de poder que se instalaram em Sororó. Precisamos observar nesta trama os papéis destes dispositivos uma vez que “[...] um dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder” (GREGOLIN, 2015, p.6). E como Foucault (2007) nos mostra, estas relações de poder embora muitas vezes verticais, estabelecidas por políticas públicas, elas também acontecem numa perspectiva microfísica.

A violência bélica a que os Aikewára e muitas outras sociedades indígenas foram submetidas está longe de ser o único meio do exercício do poder colonial sobre eles. Neste processo de depopulação que viveram, o quão sutil e eficaz foi a prescrição de um antibiótico para a docilização do corpo destes indígenas? Como sobreviver às

doenças trazidas pelas fronteiras culturais sem se submeter a sua medicina e sem fraturar seus saberes tradicionais?

Os Aikewára, neste movimento de luta, usaram muitas táticas de resistência, num primeiro momento com flechas, mas depois da evidente superioridade de armas kamarás (não-indígenas) tiveram que agir nas brechas. Com boa parte da aldeia morrendo de gripe, estabelecer uma boa relação com os médicos e a igreja foi providencial para que um grupo, mesmo pequeno resistisse. Mas as relações de poder se estabeleceram e eles precisaram pagar um preço pelo acolhimento: estes conflitos alteraram a maioria das práticas culturais Aikewára. “Cabral”, quase 500 anos depois chegou à Terra Sororó, trazendo a “modernidade”.

Muitas sociedades indígenas vivem nas fronteiras culturais e históricas do Ocidente. A forma como reagem a este contato muitas vezes gera uma série de dificuldade com suas próprias tradições. Nestas fronteiras, a negociação com futuro às vezes toma proporções dramáticas, pois produz uma sensação de não pertencimento, isto é, não pertencem nem a uma sociedade indígena, nem conseguem inserção no mundo ocidental. (NEVES, 2009, 141)

Esta fronteira se manifesta com mais evidência entre os Aikewára mais jovens. A língua em que eles mais se comunicam é o português, poucos deles são fluentes em Tupi, a língua materna Aikewára. As transformações na sociedade Aikewára, muito mais do que conflituosas e tensas, foram e são violentas, bélicas. A história do contato, da guerrilha e do “amansamento” é uma história de guerra. As memórias subterrâneas de Arihêra Suruí e Umassú Suruí mostram, que a “paz” trouxe também as roupas e tantas outras práticas culturais ocidentais, e sobretudo, custou a vida de boa parte de seu povo. Estas transições foram acompanhadas da violência de uma guerra.

Na imagem a seguir, podemos ver as crianças Aikewára comemorando a vitória do Brasil, na Copa de 2010. O futebol representa, hoje, uma prática cultural muito expressiva entre a maior parte dos povos indígenas. Existem inclusive campeonatos locais entre eles.

Figura 01 – Crianças da Terra Indígena Sororó



Foto: Ivânia Neves

O início do contato entre as sociedades indígenas e os dispositivos de poder ocidentais resultou na morte de milhões de indígenas, quer fosse por processos de violência e guerra, ou por questões de saúde, ele representou quase sempre uma grande destruturação política e cultural, genocídios, glotocídios, assimilações, conversões. Atualmente, somado a estes fatores, é imperativo se considerar o poder da mídia. A chegada do rádio, da televisão e da internet também pode reforçar ainda mais este processo de destruturação. Este contato, no entanto, uma vez realizado estabelece uma nova e irreversível ordem para estas sociedades.

Não se pode perder de vista, no entanto, que sempre houve resistências e apropriações por parte desses povos. Suas narrativas orais representam um espaço privilegiado de contar outras versões da história e são expressivas mediadoras de suas práticas culturais.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade (MICHAEL POLLAK, 1989, p.3).

Como a escola, as igrejas e a mídia massiva, no Brasil, quase sempre só colocam em circulação a versão estabelecida pelo colonizador (tanto faz se o europeu ou Estado brasileiro) sobre os primeiros contatos das sociedades indígenas, as narrativas de Arihêra e Umassú, guardadas as devidas particularidades, traduzem uma parte da história dos continentes americanos. É muito recorrente, na história dos povos indígenas, relatos sobre depopulação, guerras e doenças resultadas do contato sistemático.

Esta breve narrativa sobre a história recente do contato vivido pelos Aikewára nos foi relatada no ano de 2010, durante a realização do projeto “Crianças Suruí-Aikewára: entre a tradição e as novas tecnologias na escola”, cujo objetivo foi conciliar as tradições Aikewára com as tecnologias da informação e preparar um material didático diferenciado para a escola que funciona em Sororó. Os desafios de trabalhar com estes materiais nos fizeram percorrer as delicadas e conflituosas fronteiras de suas subjetividades fraturadas.

Este artigo vai tratar mais especificamente da batalha discursiva sobre a produção da verdade que envolve a versão do povo indígena Aikewára, narrada por Arihêra Suruí e Umassú Suruí e a publicação da reportagem “O Segredo dos índios: revelações sobre a Guerrilha do Araguaia” da revista GQ de abril de 2011. Procuro mostrar, a partir dos estudos do discurso fundamentados em Michel Foucault, como uma parte da mídia insiste em atribuir aos Aikewára a responsabilidade pela morte dos guerrilheiros, sem considerar a história contada por esta sociedade indígena.

2. “Mas afinal, o que é um terrorista?”

Na sala de Arihêra Suruí, entre cocares e flechas, existe um aparelho de televisão, bem como um conjunto de sofás, uma estante e uma geladeira. Numa primeira vista neste lugar, percebemos as fraturas culturais do povo indígena Aikewára. Arihêra faz parte do pequeno grupo que resistiu à forte depopulação causada pelo contato sistemático com a sociedade envolvente, quando ela era ainda bem jovem, no final dos anos de 1960.

Figura 02 - A sala de Arihêra



Foto: Monica Cruvinel

Mãe de 04 filhos, ela hoje é uma das principais lideranças de seu povo. Talvez a pessoa mais autorizada para falar sobre a cultura Aikewára. Foi graças a ela que a rede e outros objetos tradicionais não desapareceram. Arihêra é também a grande cozinheira da aldeia e em sua casa a comida tradicional nunca deixou de ser servida. Dona de uma habilidade performativa privilegiada, sem dúvida, é uma das principais contadoras das histórias Aikewára.

Durante a realização do projeto tivemos a oportunidade de dividir com ela alguns preciosos momentos de convivência. Em sua casa nossa equipe ficou hospedada desde a primeira viagem a Sororó. E foi neste cenário que em maio de 2010, durante a exibição em sua televisão do Jornal Nacional exibido pela TV Globo, uma notícia sobre os ataques terroristas no Oriente-Médio chamou atenção de Arihêra. Diante da reportagem, ela nos perguntou “o que é um terrorista?”. Logo sem seguida, explicou que a palavra “terrorista” já havia sido diversas vezes pronunciada em sua aldeia pelo Exército brasileiro. “Eles vinham e mandavam a gente procurar outros kamará (não-

índios) no meio do mato. Diziam que eram terroristas. Por que eles faziam isso?” indagava ela.

Sua fala reporta-se aos conflitos da Guerrilha do Araguaia (1967-1975), que aconteceram nas terras Aikewára. Os guerrilheiros se refugiaram muito próximo à aldeia onde viviam naquele momento e em função de seus conhecimentos sobre os caminhos da floresta, eles foram “convocados” pelos soldados a guiarem as tropas em meio à mata, na perseguição aos guerrilheiros.

A reportagem seguia, e Arihêra continha suas perguntas para prestar mais atenção na TV. As fronteiras culturais a que esta sociedade está exposta ficam bastante evidenciadas tanto na fala, quanto na casa de Arihêra. A história recente deste povo está intimamente ligada às mediações e fraturas entre eles e a sociedade envolvente e a mídia assumiu um papel bastante significativo neste processo.

Como o próprio nome parece indicar, as mídias desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta (GREGOLIN, 2003, p.97).

Para entender melhor a relação dos Aikewára com as mídias, um dos principais objetivos do projeto que realizávamos naquele momento com eles, foi preciso olhar um pouco de sua história recente. Em relação à Guerrilha do Araguaia, ainda hoje existe uma série de inconsistências históricas sobre o que de fato aconteceu e soma-se a isso uma batalha discursiva que envolve os lugares de enunciação dos militares, dos guerrilheiros e dos Aikewára.

A mídia, em suas diferentes perspectivas, faz circular discursos, remexe e atualiza memórias. E como Gregolin (2003) afirma, seu papel de mediação entre as representações simbólicas e o leitor interfere na sua relação com a realidade. No caso dos Aikewára não é diferente. No início dos anos de 1970, eles ainda não tinham acesso à mídia massiva e nem sabiam o que estava acontecendo exatamente com o governo brasileiro. A indagação feita por Arihêra Suruí, provocada pela reportagem, visibiliza o novo momento de interação desta sociedade com a mídia, deixa ver a batalha discursiva em torno do enunciado terrorista e ao mesmo tempo evidencia como os Aikewára não entendiam a razão das mortes dos guerrilheiros.

3. A revista GQ, os Aikewára e os jogos de produção da verdade

Silenciado por muitos anos, o envolvimento dos Aikewára na Guerrilha do Araguaia não podia vir à tona durante a Ditadura Militar (1964-1985). Somente depois da redemocratização do país, do início das investigações sobre a morte dos guerrilheiros e a presença de pesquisadores em Sororó interessados no assunto, este acontecimento começou a ganhar visibilidade entre eles. Há na Terra Sororó uma grande inquietação em entender a “versão Kamará” sobre o que foi a Guerrilha. Por isso, não sem razão, o motivo da reportagem do Jornal Nacional chamou bastante a atenção de Arihêra Suruí.

A Guerrilha do Araguaia foi, segundo Nascimento (2000,p.16):

Movimento político radical, ocorrido na região Sul e Sudeste do estado do Pará, limitando-se com o norte do estado de Tocantins (à época estado de Goiás) e oeste do estado do Maranhão. Na parte relativa à divisa do Pará com o estado do Tocantins essa região é conhecida como Bico do Papagaio. Aqui, militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e as Forças Armadas, sob a liderança do Exército, entraram em combate pelo controle desta área estratégica, num ambiente político caracterizado pela prevalência de um Estado na sua modalidade ditatorial-militar (1964-1985).

3.1. A versão Aikewára

Uma série de narrativas orais Aikewára conta a versão deles sobre o envolvimento Guerrilha vieram à tona depois da conversa inicial sobre terrorismo e durante muitas noites os ouvimos falar do que aconteceu. Umassú Suruí, marido de Arihêra é um dos principais envolvidos com este acontecimento, ele foi intimado pelo exército para caçar os “terroristas”. E, embora ainda hoje não domine bem a língua portuguesa, não poupou esforços para contar o que aconteceu e numa performance cheia de gestos fortes e onomatopeias, falou sobre seu primeiro contato com os soldados:

- Eu tava vindo do São Domingos, o padre tinha me mandado ir pegar roupas. Eu vinha no “girico”, quando eu ouvi os tiros : TÁ TÁ TÁ!!!
- Desce do burro, terrorista! - ele falou pra mim.
Eu respondi que eu não era terrorista, que era índio e comecei a falar na minha língua. Ele me perguntou se era índio mesmo e depois onde eu morava. Eu respondi que morava lá em frente, aqui onde é a aldeia. Ele pediu desculpa e me mandou seguir.
- Olha toma cuidado que esse mato tá cheio de terrorista!- ele falou pra mim.

Depois deste primeiro encontro, Umassú Suruí conta que a presença dos soldados se tornou cada vez mais intensa na região. Para os Aikewára, tanto os militares

como os guerrilheiros pertenciam a uma mesma sociedade, todos eram “kamará”. Nem Umassú, nem ninguém entre eles imaginava que eles fossem inimigos. Sem muitas dificuldades, eles levaram os militares até os guerrilheiros, que àquela altura eram pessoas com quem os Aikewára já mantinham relações de amizade. Umassú Suruí afirmou: “A gente era amigo deles, trocávamos farinha por roupa e outras coisas. Não sabíamos que eles eram terroristas”.

Diante das primeiras atitudes de violência dos militares, os Aikewára, de acordo com seus relatos, não quiseram mais colaborar, porém os soldados lhes obrigaram, através da força bélica, a trabalhar para eles. Além de mostrar a posição onde estavam os guerrilheiros, eles alegam que eram obrigados a transportar seus cadáveres. O inesperado desta situação, somado ao grau de violência da ação do exército gerou traumas psicológicos profundos em muitos Aikewára, além de dois deles terem ficado parcialmente surdos em função do barulho dos tiros.

Assim que os Guerrilheiros foram fuzilados pelos soldados, eles entraram em pânico. Não entendiam por que os soldados estavam fazendo aquilo. “Eu pensava que eles eram amigos”, revela Umassú. Ele conta que seu cunhado, o Warini Suruí, o indígena que será tomado pela reportagem da Revista GQ como o principal narrador Aikewára, até hoje tem pesadelos com estas cenas: Para Umassú e para os outros Aikewára, depois disso ele nunca foi o mesmo. Entre eles, Warini é considerado alguém meio louco.

Na convivência com os Aikewára, pudemos conhecer um pouco melhor Warini Suruí, cunhado de Umassú, irmão de Arihêra. Ele é um dos mais velhos, muito hábil com a cestaria tradicional. Entre os Aikewára, todos sabem das limitações de Warini, embora, ele seja uma pessoa muito alegre. Como não domina a língua portuguesa, nossa comunicação era bem difícil. Nem os mais velhos conseguem entender as histórias que ele conta. Sempre nos diziam que ele nunca se recuperou dos traumas da Guerrilha.

Pouco se sabe sobre essas histórias no “mundo Kamará”. A história oficial silenciou este importante episódio dos Aikewára nos eventos da Guerrilha do Araguaia. Ao passo que eles, até hoje, não entendem ao certo o que houve em suas terras, o porquê dos soldados matarem os guerrilheiros. Atualmente, os Aikewára pedem escuta a sua história, além de terem muita curiosidade de saber os motivos deste conflito.

3.2. Quem cortou a cabeça dos Guerrilheiros? A versão da revista GQ

Em março de 2011, foi lançado o primeiro exemplar da revista GQ Brasil. Uma das manchetes da capa traz o seguinte enunciado: “Exclusivo. Araguaia: Quem cortou a cabeça dos Guerrilheiros? GQ revela o mistério”. A reportagem, assinada pelo jornalista Lucas Figueiredo contém uma versão absolutamente distinta e afiliada a projetos de poder hegemônicos, da participação dos Aikewára na Guerrilha do Araguaia. Segundo a publicação, os Aikewára cortaram as cabeças dos guerrilheiros, com o objetivo de conseguir alguns benefícios da Ditadura Militar.

A matéria especial da revista chega a afirmar que os Aikewára foram “transformados em máquinas de caçar, matar e cortar cabaças de homens e mulheres”. Segundo a revista, depois dos conflitos da Guerrilha, a Terra Sororó seria um Oasis de tranquilidade, numa região marcada por conflitos e a vida dos índios melhorou bastante em função da proteção dos militares.

Desde o início, a posição da revista é bastante conflituosa com a memória local e procura provar que os Aikewára são violentos. Ele afirma:

A nova geração se empenha em evitar que os mais velhos assumam ter cometido atos de violência “Os velhinhos são muito inocentes. Nós que somos novos, respondemos por eles”, afirma Ikatu, que grudaria em mim nos dois dias seguintes. (GQ, abril de 2010)

O jornalista sinaliza para uma suposta interdição nas falas dos mais velhos, mas no processo de construção deste enunciado, ele afirma que os Aikewára cometeram atos violentos. Na reportagem, uma de suas principais fontes é justamente Warini Suruí, mas não se referem aos sérios traumas psicológicos por causa da Guerrilha, nem tampouco ao fato de que o indígena é monolíngue e fala apenas o Aikewára. O jornalista afirma que conversou com Warini e que ele falou “Levaram índio para mata dizendo que era para caçar macaco. Mentira! Era para caçar terrorista!”. Esta narrativa de Warini é bastante improvável, considerando que ele nem mesmo é fluente em português.

Toda a argumentação da reportagem da revista está pautada na violência dos Aikewára. Ele silencia totalmente a truculência dos militares. Sua narrativa é construída de forma contraditória, como se deliberadamente os Aikewára resolveram perseguir os guerrilheiros. Mais adiante, para reforçar seu lugar de fala, faz seguinte referência:

Na mensagem o coronel Madruga faz uma afirmação grave: “O único caso de cabeça cortada, duas, de que tenho conhecimento, foi protagonizado pelos índios Suruí já mais para o final da operação marajoara (...) Madruga diz também que o caso ficou “restrito” e que ele mesmo desconhece os detalhes.

(...) O corte da cabeça de guerrilheiros causou constrangimento na maioria dos militares. Mas índio é índio, escreveu o coronel. (GQ, abril de 2011, p. 160-161)

Quando cotejamos a versão contada pelos Aikewára e a narrativa da revista, fica evidente que são verdades diferentes. Existe um jogo discursivo em torno da Guerrilha do Araguaia de repercussão na mídia internacional, onde os militares são acusados de não respeitar os direitos humanos. Por outro lado, fez parte do método dos militares produzirem uma versão da história que os colocasse como os defensores do povo brasileiro.

3.3. A produção da verdade e os vencedores

Ainda hoje o Estado brasileiro não conseguiu apurar a “verdade” sobre as torturas e mortes agenciadas pelos militares. Atribuir a violência da morte dos guerrilheiros aos Aikewára é mais uma nuance desta batalha. Não podemos, no entanto, esquecer de que os militares são os vencedores e também definiram a versão oficial da história, tanto a escrita nos livros, como a colocada em circulação pela mídia.

A escrita da história feita pelos “vencedores” divulga uma série de discursos “verdadeiros”, não necessariamente baseados em fatos, mas no que Michel Foucault define como *vontade de verdade*. “Entendo por verdade o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros.” (FOCAULT, 2006, p.232/233). Nessa direção, a questão da verdade, não consistiria em empreender uma oposição entre verdadeiro e falso, mas descrever os procedimentos que fazem um discurso ser considerado verdade num certo período da história.

Nessa direção, os discursos produzidos pela reportagem, além de inverter a narrativa Aikewára, colocam os militares (em situação de guerra), em uma posição quase pacífica, justificando os crimes de guerra por eles cometidos, através de um reforço estratégico construído pela colonialidade: de que os povos indígenas seriam selvagens, canibais e violentos. Inverte-se a ordem da história, como se os próprios Aikewára fossem os invasores de suas terras e estivessem dispostos a promover uma cassada contra os “terroristas”.

4. Considerações finais

Essa história da relação dos povos indígenas com a Ditadura Militar instalada no Brasil é muito mais ampla que a narrativa Aikewára e a Guerrilha do Araguaia. Embora seja silenciado pela história oficial, o Estado brasileiro cometeu diversos crimes contra esses povos. Durante o período ditatorial, milhares de indígenas de diversos povos foram assassinados, entres outras atrocidades, cometidas, se não pelo próprio governo, com o seu aval.

Nos anos de 1967 e 1968 uma Comissão de Inquérito do Ministério do Interior investigou, ainda durante os anos do regime dos generais, o exercício do governo dos indígenas pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI. Criado em 1910 em torno dos trabalhos da Comissão Rondon¹. O Serviço foi o primeiro instrumento estatal responsável pelo governo dos indígenas brasileiros. As investigações resultaram no relatório do então procurador Jader de Figueiredo Correia e ficou conhecido como “Relatório Figueiredo”. O documento revela as crueldades cometidas pelos funcionários do Serviço e por latifundiários: barbárie, terror, morte, escravização, perversão, podridão, estupro, doença, infecção, putrefação, assassinato, suplício, caçadas humanas, bombardeamento de aldeias, contaminação proposital por varíola. O horror indescritível, a história que se impõe da forma mais violenta possível arruinando o corpo e qualquer possibilidade de sorriso. A seguir alguns fragmentos do relatório:

O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana. (FIGUEIREDO, p.7, 1968)

É espantoso que existe na estrutura administrativa do País repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos, cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumano. Torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça. (FIGUEIREDO, p.7, 1968)

¹ Ainda na virada do séc. XIX para o séc. XX, Rondon organizou expedições por entre os “sertões” do oeste brasileiro, por de uma comissão que ficou conhecida como “Comissão Rondon”. Seu objetivo era a construção de linhas telegráficas e estradas entre os Estados de Goiás e Matogrosso. Posteriormente, essas expedições avançariam até a Amazônia através da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). Neste período, uma recém-nascida República brasileira passava por convulsões sociais.

Em 1968, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada pelo congresso brasileiro com o objetivo de investigar as inúmeras denúncias sobre a situação dos povos indígenas no Brasil. Essa CPI, que ficou conhecida como CPI do Índio e revelou todo o terror e genocídio a que diversos povos indígenas foram submetidos nas terras “nacionais independentes” de Portugal. Quando não foram exterminados em guerras silenciadas, a colonização brasileira sobre as terras indígenas, por meio do Serviço de Projetação aos Índios criou verdadeiros campos de concentração e de trabalhos forçados. Diferente dos postos que foram escolhidos para publicidade institucional, a realidade de muitas terras era cruel, mortífera, sangrenta, miserável. A CPI foi encerrada com o Ato Institucional Número 5, todos seus membros foram caçados, o SPI foi extinto e em 1969 substituído pela Fundação Nacional do Índio - Funai.

O relatório ficou perdido por décadas até ser encontrado nos arquivos do Museu do Índio em 2013. Se ao relatório pode ser atribuída alguma espécie de perseguição política em função da colaboração de Figueiredo com o regime dos generais, mas as histórias orais dos povos indígenas vão ao encontro dos principais pontos do relatório.

Quando pensamos na história dos Aikewára, encontramos muitas recorrências nessas narrativas atroz. A Terra Sororó, descrita na reportagem como um oásis em meio a conflitos foi um lugar de genocídio. Apenas 33 indígenas sobreviveram à invasão de suas terras. Chicão Suruí conta que a demarcação de suas terras foi muito injusta, pois Sororó é uma das menores terras indígenas do Brasil e uma parte da floresta todo ano pega fogo por causa da rodovia federal que passa por ela. Os Aikewára atribuem a demarcação à ação de um padre da Igreja Católica e de alguns antropólogos, os militares nada tem a ver com este processo.

Ao ler a publicação, o estudante Tiapé Suruí disse: “A única cabeça que já foi cortada pelo meu povo foi a de um porção do mato. Nunca a gente faria isso com uma pessoa!” Desde quando começamos a trabalhar com os Aikewára, em vários momentos eles já falaram sobre a Guerrilha, mas nunca houve em nenhuma de suas narrativas menção alguma ao fato de cortarem cabeças. Segundo eles, além de serem incapazes de fazer este tipo coisa, pois são pacíficos, eram amigos dos guerrilheiros.

Os Aikewára, quando ganham escuta, podem responder através de suas narrativas orais à revista. As memórias subterrâneas (POLAK, 1989) representadas nestas histórias entram em contraponto a uma espécie de “memória oficial” do conflito,

que insiste em inocentar os militares envolvidos no assassinato dos guerrilheiros e de povos indígenas. Num momento em que existe um apelo social para que os corpos desaparecidos sejam encontrados e para que os culpados respondam pelos crimes, é no mínimo estratégica para uma linha de força hegemônica, a versão apresentada na revista.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. 3ª. Edição. São Paulo: Edusp, 2000.

CORRÊA, Maurício Neves. **Os Aikewára e a mídia: relações de poder, cultura e Mediação**. 122f. il. Dissertação (Mestrado) -- Universidade da Amazônia, Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura, Belém, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2007.

_____. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Entrevista sobre a Prisão: O Livro e seu Método** (com J.-J. Brocheir) In: **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2006.

_____. **O Sujeito e o Poder**. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, H. Michel Foucault: **Uma Trajetória Filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Diálogo sobre o poder**. In: **Estratégias, Poder-Saber**. Coleção **Ditos & Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GREGOLIN, M. R. F. V. **Análise do Discurso e mídia: a reprodução das identidades**. Revista Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, Vol. 4, No11, 2007.

_____. **Identidade: objeto ainda não identificado?** Estudos da Língua(gem) (Impresso), v. 04, p. 23-36, 2008.

_____. **Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na Web**. In: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S... (Org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. 1ed. Campinas: Pontes, 2015a.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____. **Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/ Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A Guerrilha do Araguaia**: "paulistas" e militares na Amazônia. 2000. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - PLADES, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

NEVES, Ivânia. Tese de doutorado: **A invenção do índio e as narrativas orais Tupi** / Ivânia dos Santos Neves. – Unicamp. Campinas, SP : [s.n.], 2009.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.